

IMIGRAÇÃO GALEGA NA CIDADE DO PORTO

(2.^a metade do século XIX)

Por: Jorge Fernando Alves
M. Fernanda V. Ferreira
M. do Rosário Monteiro

1 — Introdução

Ponto de partida e ponto de chegada! Há um século, a cidade do Porto era essencialmente uma plataforma giratória, um palco de intensa mobilidade geográfica. Se, por um lado, daqui partiam milhares de emigrantes que, com origem em todo o Norte do País, buscavam as terras do Brasil, por outro lado aqui chegavam milhares de forasteiros para se instalarem temporária ou definitivamente. Entre eles vinham os galegos.

A imigração galega no Porto era, porém, apenas um exemplo dos fenómenos tradicionais das migrações intra-peninsulares, detectáveis, pelo menos, desde o século XVII, e que se mantiveram com intensidade até aos alvares de 1900. A Galiza, tal como o Norte de Portugal, foi uma das regiões que maiores contingentes forneceu para essas «*peregrinações de trabalho*», segundo a expressão de Mejjide Pardo¹. Ao ritmo dos trabalhos agrícolas, milhares de galegos deslocavam-se sazonalmente para

¹ Cf. PARDO, A. Mejjide, «La Emigración Gallega Intrapeninsular», *Estudios de História Social de España*, Tomo IV. Madrid, 1960, pp.463-606.

Cf. ainda NADAL, Jordi, *La Poblacion Española (siglos XVI a XX)*, Barcelona, Ariel, 1984.

os campos de Castela, Andaluzia e Portugal, num movimento Norte-Sul, cuja explicação reside nas diferentes estruturas económicas e demográficas, já suficientemente conhecidas.

Mas as cidades portuárias, pelo seu dinamismo económico, pela sua contínua expansão urbana e social, foram também agentes de centriptação demográfica, subtraindo e reconvertendo à vida urbana fatias substanciais dessa população flutuante de extracção rural. O crescimento da cidade é sempre o resultado da polarização de um vasto «hinterland»... Assim aconteceu no Porto.

Figura típica do Porto oitocentista, o galego representava a comunidade estrangeira de maior volume demográfico: contavam-se vários milhares, numa presença massiva, em renovação contínua. Apesar disso, nas representações literárias da Cidade, o galego surge quase exclusivamente como figurante. O próprio Júlio Dinis, observador atento da realidade portuense de meados do século passado, quase não dá pela sua presença, esboçando apenas uma vaga referência às ruas do Bairro Central, «*em cujas esquinas estacionam galegos armados de pau e corda e os cadeirinhas com o capote clássico*»².

Na realidade, a imigração galega surge marcada pela diluição social, predominando um fraco nível económico-profissional e uma acentuada mobilidade geográfica. Contrasta assim com a microcomunidade dos ingleses³, hermética e influente, ou com os comportamentos exuberantes dos brasileiros, estes quase todos antigos emigrantes ou seus descendentes em 1.^a geração. Mas a presença do galego está longe da discrição: surge assiduamente na imprensa, particularmente na crónica do quotidiano, protagonizando episódios de desacato, clandestinidade ou pequenos delitos. Estes comportamentos, indissociáveis dos movimentos migratórios de massa e com forte componente juvenil, ajudaram a criar esteriótipos que, invariavelmente, representam o galego nas franjas da ordem social, mas que não são de modo algum generalizáveis.

² Cf. DINIS, Júlio, *Uma Família Inglesa*, Porto, Liv. Civilização-editora, s/d. p. 41.

³ Em forma de sinédoque, a designação popular de «ingleses» na cidade do Porto é mais abrangente do que no seu sentido denotativo. Por «ingleses» os portuenses designavam os nórdicos, em geral, que habitavam na Cidade e se dedicavam, em especial, ao vinho do Porto e outros negócios rentáveis. Nessa designação popular cabiam então dinamarqueses, alemães, holandeses, suecos, noruegueses, embora os ingleses fossem claramente maioritários. Afinidades religiosas, culturais, económicas e sociais, de que a prática de casamentos entre estas famílias nórdicas é um exemplo, conjugadas com a prioridade e o carácter maioritário dos ingleses, estão na base do reducionismo verificado na designação popular. Para uma ideia desta diversidade de nacionalidades, veja-se o mapa dos estrangeiros com legitimação de residência entre 1869 a 1879 (Anexo I).

O presente texto, integrado em projecto mais amplo sobre os movimentos migratórios no distrito do Porto, procura caracterizar sumariamente esta comunidade fugidia ao observador, reflectindo sobre uma zona de recepção definida: a cidade do Porto, na segunda metade do século passado.

2 — Um fundo documental: o registo dos títulos de residência

Como informação-base, recorremos a um fundo documental ainda não utilizado, os registos de títulos de residência, existentes no Arquivo do Governo Civil do Porto, os quais nos fornecem a identificação sumária de cada indivíduo. O título de residência, enquadrado numa legislação sucessivamente renovada⁴, era obrigatório para todas as estadias superiores a oito dias. Assumia a forma de referenda no passaporte ou certificado de nacionalidade, ou, na falta destes, de impresso específico passado pela autoridade administrativa, acto de que, em qualquer caso, se fazia registo em livro próprio. O custo deste título apresentava-se aos olhos dos imigrantes como um verdadeiro imposto: a taxa era de mil réis, orçando o custo total em 1\$245 reis, ou seja, equivalia a cerca de uma semana de trabalho para as profissões não especializadas.

Gratuito para pobres e mendigos, o título de residência era dispensável aos que «*em contínuo giro entram n' este reino ou d' elle saem por causa do seu constante commercio e relações em Portugal e Hespanha*»⁵, os quais estavam apenas sujeitos a salvo-conduto. Válido por um ano ou seis meses, o título de residência assumia o carácter de permanente desde que

⁴ A legislação sobre controlo dos estrangeiros é numerosa. Destaquemos a seguinte, que nos parece a mais importante para o período em estudo:

- Lei de 25 de Junho de 1760 (criação da Intendência Geral da Polícia);
- Alvará de 13 de Agosto de 1760;
- Decreto de 10 de Outubro de 1811;
- Regulamento de 25 de Maio de 1825;
- Circular de 7 de Março de 1839;
- Circular de 25 de Junho de 1839;
- Decreto de 13 de Agosto de 1841;
- Circular de 10 de Maio de 1842;
- Circular de 27 de Junho de 1859;
- Regulamento de 7 de Abril de 1863;
- Convenção consular de 1870;
- Lei de 23 de Agosto de 1887;
- Decreto de 24 de Maio de 1902.

⁵ In *Regulamento de 7 de Abril de 1863*.

o solicitante provasse residir legalmente em Portugal há mais de 5 anos. A sua prática, porém, estava longe de ser uma realidade efectiva, só se intensificando significativamente após a convenção consular de 1870 que estabelecia critérios de reciprocidade no acolhimento dos nacionais dos dois países, impondo a obrigatoriedade de matrícula. É então que a autoridade passa a exercer um controlo mais eficiente, como se pode comprovar para o Porto, onde em 1872-73, o Comissariado da Polícia procede à detenção de algumas centenas de indocumentados, os quais, depois de afiançados pelo cônsul, acabam por tirar carta de residência. Estas preocupações, impostas pelo acordo com a Espanha, visavam detectar, sobretudo, os refractários espanhóis, os quais encontravam, até então, um refúgio eficaz em Portugal.

Daí que a nossa análise se centre principalmente depois desta data, já que o registo se apresenta mais verosímil face à realidade, embora ainda suscite dúvidas e dificuldades de utilização, aliás como sempre acontece em informações do género. Como elementos de informação, não desprezamos outras fontes, desde documentos administrativos até à imprensa da época.

3 — Incidência nacional e regional

Entre Portugal e Espanha sempre se verificou um constante intercâmbio de mão-de-obra, dada a contiguidade territorial dos dois países. Na realidade, o migrante pauta-se mais por considerações de distância, custos e integração em redes sócio-profissionais do que por situações de relevância fronteiriça. De resto, as autoridades aceitavam essa realidade, preocupando-se apenas com o controlo do elemento marginal e, sobretudo, refractário, como se pode depreender das palavras do Embaixador de Espanha em Lisboa: *«que haya emigracion de uno a otro lado de la frontera poco importa; que la haya à ultramar es terrible para dos naciones que tanto necesitan de brazos y que tan mal repartida tienen la población»*⁶.

O volume de portugueses em Espanha era, no entanto, bem menor do que o inverso: o censo espanhol de 1877 contabiliza 7941 e o censo de 1887 apenas 6755 portugueses residentes⁷.

⁶ In *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, 1873, p. 45.

⁷ Cf. GONZALEZ-ROTHVOSS, Mariano, *Las relaciones luso-españolas en el siglo XIX sobre migraciones*, Porto, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1962, p. 4.

Do lado português, o censo de 1890 é o primeiro a registar a variável «estrangeiros» no seu cômputo populacional (Quadro I). Assim, são nessa altura recenseados 39402 estrangeiros, dos quais 69% são espanhóis, a esmagadora maioria de origem galega. Os espanhóis concentram-se nas áreas urbanas, com as cidades do Porto (3408) e Lisboa (126449 a absorverem 59% do total. Embora as zonas rurais experimentassem essencialmente as migrações sazonais, havia, no entanto, alguns focos

**Quadro I - Estrangeiros em Portugal
e no Porto - 1890**

Nacionalidade	No País		No Porto	
	Nº	%	Nº	%
Espanhóis	27138	68,9	3408	59,3
Brasileiros	5307	13,5	1285	22,4
Inglese	1786	4,5	485	8,4
Franceses	2492	6,3	236	4,1
Alemães	766	1,9	172	3,0
Italianos	772	2,0	62	1,1
Outros	1141	2,9	98	1,7
Totais	39402	100,0	5476	100,0

Fonte : Recenseamento de 1890

importantes de atracção com carácter de permanência. A linha fronteiriça é, por si só, um foco de concentração: no Alentejo, concelhos como Campo Maior, Elvas, Barrancos, Mértola, Moura, Serpa, Estremoz e Évora atraem entre 100 a 200 imigrantes, na mesma linha se inscrevendo a algarvia Vila Real de Santo António (308 espanhóis residentes), bem como a raia do Alto-Minho, com Caminha, Valença, Monção, Melgaço e ainda Viana. O mesmo se passa com as cidades transmontanas de Chaves e Bragança. É ainda perceptível a importância de um centro interior mas industrial como a Covilhã (257), bem como dos centros vinhateiros, onde se destaca o Douro com uma concentração que engloba mais de 2000 espanhóis residentes: Carraceda (349), Mirandela (100), Moncorvo (100), Alijó (644), Sabrosa (542), Peso da Régua (101), S. João da Pesqueira (416). Mas a grande concentração verifica-se nos dois centros verdadeiramente urbanos — Porto e Lisboa — bem como em alguns dos seus concelhos limítrofes.

4 — Fluxos migratórios para o Porto

A partir dos títulos de residência é possível, com reservas sobre a eficácia da fonte, construir alguns indicadores, de forma a apreender os ritmos do movimento de galegos para o Porto com carácter temporário ou definitivo. Excluem-se, pela natureza da documentação, os movimentos de curta duração (inferior a 8 dias), os de giro contínuo, bem como as deslocações sazonais para os campos do Sul com passagem por esta cidade.

Assim, somos levados a crer que o auge da imigração galega no Porto se terá verificado entre 1875 e 1888, período em que as matrículas de residência anual são sempre superiores a 2000 (Quadro II). Os números vão decaindo na década de 90, para se tornarem relativamente insignificantes no século XX, numa mutação que se explica pela concorrência do destino para o continente americano, definitivamente mais atraente⁸.

Ressalvemos, porém, que poderemos estar em grande parte a observar apenas uma melhoria de registo. Importa, ainda, esclarecer a natureza desta informação que, sendo renovada, não respeita apenas às novas entradas mas também à reforma de cartas cujos titulares ainda não possuem cinco anos de residência legal em Portugal.

Podemos ainda observar uma tendência crescente no número de galegos que se estabelecem de uma forma duradoura no Porto, com o seu auge entre 1889-95, conforme a curva dos títulos de residência permanente obtidos por cinco anos de estadia, curva esta de natureza cumulativa. Sobressai, assim, uma característica fundamental desta imigração urbana face às deslocações tradicionais com destino rural: a tendência aponta para os galegos protagonizarem estadias relativamente duradouras na cidade, muitos deles optando por uma residência definitiva. Sublinhemos que apesar das chegadas contínua (títulos concedidos pela primeira vez), as reformas de títulos são sempre em número superior, revelando a continuidade da estadia (Quadro III). Este facto não deixará de se relacionar com a dinâmica económica da Cidade, com um crescimento mais estável e por isso mais integrador, permitindo que a emigração se assumia como uma deslocação entre dois pólos e já não como a permanente «peregrinação» típica do Antigo Regime.

Já referimos, porém, que os números apontados só ganham credibilidade a partir de 1870, a partir da convenção consular luso-espanhola, a qual é ractificada em 1871, seguindo-se legislação adequada para a

⁸ Cf. LOPES, Maria Fernão Couceiro da Costa Couto, «Estrangeiros no Porto», *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, n.º 6.

**Quadro II - Concessão de Títulos de Residência
Anual e Permanente a Espanhóis
pelo Governo Civil do Porto**

Ano	Anual	Perman.	Ano	Anual	Perman.
1855	43	?	1885	1955	301
1856	33	?	1886	2001	272
1857	999	?	1887	2287	295
1858	?	?	1888	2585	277
1859	?	?	1889	1901	863
1860	?	?	1890	1530	818
1861	353	15	1891	1518	818
1862	719	47	1892	1624	940
1863	196	18	1893	2021	413
1864	307	28	1894	1168	982
1865	570	52	1895	925	1027
1866	575	24	1896	941	799
1867	603	8	1897	875	294
1868	1379	31	1898	883	108
1869	754	17	1899	602	100
1870	801	7	1900	415	75
1871	828	?	1901	549	63
1872	869	?	1902	529	41
1873	536	243	1903	691	44
1874	1589	365	1904	605	50
1875	2307	718	1905	610	23
1876	2903	730	1906	656	43
1877	2786	662	1907	468	34
1878	2432	575	1908	350	27
1879	1809	438	1909	402	42
1880	1753	344	1910	438	31
1881	1229	390	1911	418	35
1882	2273	447	1912	397	26
1883	2439	41	1913	407	12
1884	2362	379	1914	326	-

Fontes:

Arquivo do governo Civil do Porto:

-Registo de títulos de estrangeiros, ns 3772-3806

-Registo de títulos de res. permanente, ns 3843-3852

-Mapas avulsos de estatística (para cobrir lacunas)

**Quadro III - Distribuição de Títulos de Residência
a Espanhóis no Governo Civil do Porto**

Ano	Concedidos 1ª vez	Reformados	Permanentes
1861	130	214	15
1862	295	424	47
1863	46	150	18
1864	125	182	28
1865	266	304	52
1866	216	359	24
1867	258	345	8
1868	552	827	31
1869	285	449	17

Fonte:

Arquivo do Governo Civil do Porto

- Documentação avulsa , mapa estatístico

renovação e actualização da fiscalização sobre os estrangeiros. Apesar disso, o cônsul de Espanha no Porto, em 1882, vê-se na necessidade de provar a sua acção de esclarecimento junto dos súbditos espanhóis, com anúncios nos jornais da cidade no sentido de alertar para a necessidade da respectiva autorização de residência. Em carta ao Governador Civil aproveitava para pedir medidas conciliatórias, pois «*son muchissimos los que carecen de ese documento indispensable para su residencia; y el numero aumenta al presente con los que por las obras publicas proyectadas y en ejecucion ó por otros motivos llegan diariamente*»⁹.

O crescimento estatístico do fluxo imigratório dos galegos para o Porto, deve assim ser interpretado: a) num contexto de intensificação da legalização, mercê das medidas administrativas adoptadas; b) como um crescimento real, sobretudo no que toca a residências permanentes, em resposta à dinâmica da expansão urbana.

⁹ Arquivo do Governo Civil do Porto, *Correspondência recebida*, M700.

A imigração galega para o Porto parece, assim, ter resistido bastante tempo à alternativa transoceânica, só se desvanecendo nos anos finais do século passado. Evidencia, deste modo, uma permanência de fluxos típica das migrações antigas, as quais geralmente teimam em manter activas as suas redes de influência, face ao aparecimento de novas oportunidades migratórias¹⁰.

Importa, porém, interrogarmo-nos: em que medida esta imigração para o Porto esconde uma emigração transoceânica? Não terá servido o Porto de entreposto no percurso migratório que levou o galego ao continente americano, resolvidas que foram algumas questões prévias, como o amealhar do dinheiro para a passagem ou a busca de facilidades burocráticas?

Os dados referenciáveis nos registos de passaportes¹¹ mostram que, na generalidade, nunca foi grande o embarque de espanhóis no Porto, com destino transatlântico, mesmo se considerássemos uma alta percentagem de clandestinidade. Na verdade, só se atinge a centena anual de partidas dessa nacionalidade na década de 1850 (Quadro IV). Embora os dados só nos forneçam o movimento para o Brasil, são em número insignificante os que, pelas mesmas carreiras de navegação, declaram dirigirem-se para a Argentina ou Cuba. Assim, não se pode pôr em causa a estrutura tradicional da corrente migratória dos galegos para o Porto. Era essa também a convicção do Embaixador de Espanha, em 1873: «*Aun estos mismos emigrantes de transito disminuen marcadamente, por la mayor economia y facilidad que encuentran para el embarque en los puertos de España*»¹². Resta a hipótese de a emigração por Espanha se fazer com o aforro efectuado em Portugal nestas deslocações prévias.

Vem a propósito citar Eduardo de Noronha, romancista dos inícios do nosso século, nas suas picarescas *Memórias de um Galego*: «*Os portugueses vão para o Brasil, nós vamos para Portugal. É mais perto, melhor caminho e ganha-se mais dinheiro*»¹³. Palavras exageradas, sem dúvida, reflexo linear do conceito de «migração de substituição», com que se encarava a vinda de galegos para Portugal. Assim o tentaram demonstrar os relatores do *Inquérito Parlamentar sobre a Emigração*,

¹⁰ Cf. POUSSOU, J.P., «Reflexions sur l'apport démographique des études consacrées aux migrations anciennes», *Migrations Intérieures — méthodes d'observation et d'analyse*, Paris, CNRS, 1975, p. 137-156.

¹¹ Arquivo do Governo Civil do Porto, *Registo de referendas e passaportes concedidos a estrangeiros*, vols. 3737-3745.

¹² In *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, 1873, p. 44.

¹³ NORONHA, Eduardo de, *Memórias de um Galego*, Porto, 1912, pp. 19-20.

**Quadro IV - Emigrantes espanhóis para o Brasil
(Barra do Porto)**

Ano	Passaportes	Ano	Passaportes
1840	12	1870	71
1841	23	1871	76
1842	47	1872	104
1843	38	1873	98
1844	33	1874	95
1845	22	1875	96
1846	8	1876	76
1847	21	1877	63
1848	23	1878	25
1849	38	1879	24
1840-49	265	1870-79	728
1850	30	1880	6
1851	24	1881	7
1852	47	1882	7
1853	128	1883	14
1854	128	1884	18
1855	152	1885	24
1856	226	1886	12
1857	172	1887	22
1858	154	1880-87	110
1859	88		
1850-59	1149		
1860	57		
1861	66		
1862	64		
1863	36		
1864	55		
1865	43		
1866	9		
1867	65		
1868	70		
1869	102		
1860-69	573		

Fonte:

Arquivo do Governo Civil do Porto

-Registo de referendas e passaportes

concedidos a estrangeiros, ns. 3737-3745

em 1873, laborando, embora, em erro grosseiro, pois correlacionam a soma dos passaportes emitidos para emigração de portugueses com os títulos de residência de espanhóis, na sua maioria de natureza renovável e por isso não cumulativos¹⁴.

5 — A Comunidade Galega no Porto

5.1 — *Inscrição espacial*

O Porto, enquanto espaço de acolhimento, historicamente estruturado, destes imigrantes galegos, atravessa uma fase de expansão a diversos níveis que cria interstícios disponíveis para os recém-chegados.

Se atendermos à residência declarada nos registos de títulos de residência referentes ao ano de 1888, verificamos que os galegos se concentram no coração da cidade, nas freguesias de urbanização mais antiga, com grandes taxas de densidade populacional, onde a actividade económica é mais activa, gerando maiores oportunidades de emprego. (Quadro V). Estas freguesias centrais — Sé, Victória, S. Ildefonso e S. Nicolau — vivem, na altura, a degradação habitacional, de que o exemplo mais vivo é S. Nicolau, com o desmoronamento dos Guindais e a demolição dos bairros dos Banhos e Porta Nova¹⁵. Os estratos dominantes transferiam a sua residência para a periferia que se urbanizava a um ritmo acelerado, mercê dos espaços disponíveis, mais propícios à construção habitacional pautada pelos novos padrões de qualidade. Como Ricardo Jorge mostrou, o crescimento populacional abrandou então o seu ritmo nas freguesias centrais, verificando-se mesmo um decréscimo em S. Nicolau, em contraposição com as freguesias envolventes, de transição rural. Como podemos observar, é no centro antigo da cidade, zona portuária e comercial, mas também a de habitação devoluta, embora degradada, em condições de grande insalubridade, que reside a maior parte dos galegos, com as quatro freguesias centrais a atraírem 72% do total.

Os galegos não estão sozinhos nesta zona de implantação: acompanham-nos imensos forasteiros, habitantes de origem exterior à cidade que aqui chegam com o mesmo tipo de motivações e nas mesmas circunstâncias. Recordemos que em Miragaia, S. Nicolau e Vitória, freguesias históricas da urbe, apenas cerca de 45% da população é natural da cidade, segundo o censo de 1890, sendo a restante em cerca de 13% do distrito,

¹⁴ Cf. *Primeiro Inquérito...*, p. 45-46.

¹⁵ Cf. JORGE, Ricardo, *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto*, Porto, 1899, p. 147.

37% do resto do País e cerca de 6% de estrangeiros (a maior parte galegos)¹⁶.

Os galegos não ocupam assim qualquer «ghetto», com espaço reservado que os conduza a afirmar ou desenvolver uma identidade específica. Vivem um quotidiano de interacção com os estratos mais desfavorecidos da cidade, em relação aos quais é perceptível uma homologia não isenta de conflitualidades afluentes do êxodo rural, integram-se no mercado de trabalho urbano, descomprimindo a procura, permitindo a degradação das condições laborais. Por quase todos esperam as ilhas, as colmeias, as casas de malta. É no quadro «*imundo e miserável*» das ilhas da Fonte Taurina que Ricardo Jorge vai encontrar, em 1899, os primeiros casos de peste bubónica que depois se espalhará pela cidade: as primeiras vítimas são galegos, carregadores de bordo¹⁷.

Quadro V - Distribuição das Residências por Freguesias da Cidade - 1888

Freguesia	Homens	Mulheres	Total	% Freguesia
Bonfim	108	14	122	4,9
Campanhã	62	3	65	2,6
Cedofeita	256	6	262	10,6
Foz do Douro	66	3	69	2,8
Massarelos	64	1	65	2,6
Miragaia	48	1	49	2,0
Lordelo	7	-	7	0,3
Paranhos	49	2	51	2,1
S. Nicolau	351	6	357	14,4
Sé	486	31	517	20,8
S. Ildefonso	456	30	486	19,6
Victória	412	18	430	17,3
Total	2365	115	2480	100,0

Fonte:

Arquivo do Governo Civil

- Registo de títulos de estrangeiros, ns.3784-3786

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 156.

¹⁷ Idem, *A Peste Bubónica do Porto — 1899*, Porto, 1899, pp. 1-20.

Quadro VI - Ruas da Cidade com 20 ou mais galegos residentes 1888

Freguesia	Rua	Nº Galegos
Campanhã	Estação	25
Cedofeita	Almada	38
	Cedofeita	34
	Príncipe	38
	Rosário	27
	Formosa	21
Massarelos	Campo Pequeno	20
S. Nicolau	Barredo	36
	Ferraria de Baixo	24
	Fonte Taurina	21
	Mercadores	163
	Vieira Val de Pegas	32
Sé	Batalha	34
	Caldeireiros	30
	Cimo de Vila	49
	Entre Paredes	40
	Vieira dos Gatos	20
	Santa Ana	37
	S. Lázaro	31
	Tv. S. Sebastião	62
	Souto	21
S. Ildefonso	Bonjardim	125
	D. Pedro	38
	Praça D. Pedro	25
	Laranjal	25
	Sá da Bandeira	34
	S. Catarina	50
	S. Ildefonso	41
Vitória	Carlos Alberto	35
	Tv. Fábrica	38
	Moinho de Vento	40
	Picaria	40
	Vieira Pasteleiro	58
	S. Teresa	23
	Trás	40
	Mouzinho da Silveira	31

Fonte:

Arquivo do Governo Civil

- Registo de titulos de estrangeiros, ns.3784-3786

Há ruas com grande concentração de galegos, ruas essas que podemos identificar (Quadro VI): as ruas dos Mercadores e Bonjardim ultrapassam a centena de titulares de residência apenas no ano de 1888; as ruas de Cimo de Vila, Entre-Paredes e Travessa de S. Sebastião, na Sé; as ruas de Santa Catarina e Santo Ildefonso; as ruas do Moinho de Vento, Picaria, de Trás e Viela do Pasteleiro, na Vitória, constituem exemplos com mais de 40 galegos residentes, na mesma altura.

Mas os galegos disseminam-se pela cidade: há 209 ruas do Porto com presença de galegos, segundo as moradas dos títulos referentes apenas a 1888. Não podemos esquecer que, sobretudo os jovens que se ocupam como caixeiros, criados e outras profissões servis, a exemplo do que acontece com os portugueses em profissões idênticas, vivem em casa dos patrões, em quartos, cubículos, armazéns ou anexos, como era vulgar no Porto de há alguns anos atrás.

5.2 — *Idades e estado civil*

Em termos etários, o perfil do imigrante galego insere-se dentro do modelo tradicional. São jovens quem anima o movimento, pois cerca de 50% dos titulares de residência anual têm menos de 30 anos, proporção que se eleva a mais de 60% no caso do sexo feminino, embora este represente muito pouco em termos absolutos. Já o estatuto de residente permanente se atinge, em média, depois dos 40 anos (Quadro VII).

Em termos de estado civil (Quadro VIII), os solteiros (62%) são largamente maioritários, embora os casados representem cerca de 35%. As mulheres são esmagadoramente solteiras ou viúvas, pois as casadas raramente acompanham os maridos, ficando em casa, isto é, na terra de origem. Situação diversa se passa com os titulares de residência permanente: 77,5% são casados ou viúvos, contra apenas 20% de solteiros. O casamento é um factor decisivo na sedentarização urbana: dos que chegam solteiros ou viúvos e optam pela permanência, 75% já estão casados ao obterem o título de residência permanente.

Utilizemos uma outra fonte de informação, embora menos representativa: os registos de termos de nacionalidade solicitados pelos filhos nascidos em Portugal na altura do serviço militar para evitar a incorporação no exército português¹⁸. Podemos verificar que os respectivos pais se casaram em mais de 90% dos casos com portuguesas e, em 60%, com

¹⁸ Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Livros de registo de termos de nacionalidade*.

**Quadro VII - Estrutura Etária dos Galegos no Porto
1888**

Idades	C/ Título Anual				C/ Tit. Permanente	
	Homens		Mulheres		Homens	
	nº	%	Nº	%	Nº	%
10-14	111	4,5	-	-	-	-
15-19	404	16,5	9	6,4	-	-
20-24	414	16,9	63	44,7	-	-
25-29	353	14,5	29	20,6	-	-
30-34	269	11,0	12	8,6	-	-
35-39	231	9,5	9	6,4	2	0,7
40-44	225	9,2	5	3,5	12	4,3
45-49	194	7,9	4	2,8	50	18,1
50-54	111	4,5	4	2,8	79	28,5
55-59	57	2,3	2	1,4	61	22,0
60-64	38	1,6	1	0,7	48	17,3
>65	25	1,1	1	0,7	25	9,1
Ind.	12	0,5	2	1,4	-	-
Totais	2444	100,0	141	100	277	100,0

Fonte:

Arquivo do Governo Civil

- Registo de títulos de estrangeiros, ns.3784-3786

mulheres oriundas de fora da cidade, isto é, forasteiras como eles, numa homogeneidade de condição social. De resto, 15% desses filhos nasceram em situação ilegítima, na maioria dos casos legalizada posteriormente pelo casamento e, em maior número, pela legitimação.

5.3 — Alfabetização

Em termos culturais, podemos afirmar que os espanhóis constituem o grupo estrangeiro menos alfabetizado. Segundo o censo de 1890, a nível nacional, apenas 51.2% sabiam ler, contra percentagens de 70 a

**Quadro VIII - Estado Civil dos Galegos Residentes
1888**

Estado Civil	Títulos Anuais				Tit. Permanentes	
	Homens		Mulheres		Homens	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Solteiros	1515	62,4	129	91,5	56	20,2
Casados	866	35,4	2	1,4	187	67,5
Viúvos	53	2,2	10	7,1	28	10,1
Indeterm.	10	0,4	-	-	6	2,2
Totais	2444	100,0	141	100,0	277	100,0

Fonte:

Arquivo do Governo Civil do Porto

- Registo de títulos de estrangeiros, ns. 3784-3786

80% para os outros grupos significativos de estrangeiros, o que não admira dada a quase absoluta extracção urbana destes.

No caso do Porto, a taxa de alfabetização dos galegos era ligeiramente superior à nacional: cerca de 56% numa proporção idêntica à dos portugueses da cidade.

5.4 — *Ocupação Profissional*

A ocupação profissional dos galegos distribui-se pelos serviços, comércio e alguma indústria. A extracção rural, a grande mobilidade e o carácter de substituição deste movimento migratório explicam a predominância das actividades indiferenciadas, ainda que os galegos cubram um largo espectro profissional: nos registos de 1888 contabilizam-se 86 profissões diferentes (Quadro IX).

Dos 2391 galegos com referência de profissão nesse ano, 75% são serventes, trabalhadores ou criados de servir. As ocupações específicas mais numerosas são as de tendeiro (86), aguadeiro (69) e cocheiro (44), surgindo outras profissões que agregam ainda algumas dezenas de galegos, tais como padeiro, cozinheiro, sapateiro, comerciante, negociante.

Quadro IX - OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DOS GALEGOS

Actividade/ Profissão	1888			
	Anuais		Permanentes	
	Nº	%	Nº	%
SECTOR PRIMÁRIO	21	0,9	5	1,9
Agricultura	15	0,6	5	1,9
<i>caseiro</i>	2			
<i>hortelão</i>	13		5	
Minas	6	0,3		
SECTOR SECUNDÁRIO	213	8,9	33	12,5
Construção Civil	32	1,3	5	1,9
<i>pedreiro</i>	12		1	
<i>carpinteiro</i>	13		1	
<i>outras</i>	7		3	
Alimentação/hotelaria	87	3,6	18	6,8
<i>confeiteiro</i>	10		1	
<i>cozinheiro</i>	24		1	
<i>padeiro</i>	29		7	
<i>refinador</i>	17		5	
<i>outras</i>	7		4	
Têxteis e calçado	37	1,5	3	1,1
<i>sapateiro</i>	20		1	
<i>tintureiro</i>	9			
<i>outras</i>	8		2	
Mobiliário	4	0,2		
Metalurgia	8	0,3	1	0,4
Carvão	16	0,7	3	1,1
Relojoaria	4	0,2	1	0,4
Diversos	25	1,0	2	0,7
SECTOR TERCIÁRIO	2150	90,0	227	84,6
Comércio	181	7,6	35	13,2
<i>negociante</i>	24		3	
<i>caixeiro</i>	12		9	
<i>comerciante</i>	36		12	
<i>taberneiro</i>	17		3	
<i>tendeiro</i>	86		5	
<i>outras</i>	6		3	
Transportes	118	4,9	9	3,4
<i>aguadeiro</i>	69		2	
<i>cocheiro</i>	44		7	
<i>outras</i>	5			
Serviços	48	2,0		
<i>afiador</i>	30			
<i>músico</i>	9			
<i>outras</i>	9			
Indiferenciados	1803	75,4	175	65,0
<i>serventes</i>	1030		60	
<i>trabalhador</i>	693		111	
<i>jornaleiro</i>	14		1	
<i>criado de servir</i>	66		3	
Diversos	7	0,3	8	3,0
<i>proprietário</i>	7			
Totais	2391	100,0	265	100,0

Fonte:

Arquivo do Governo Civil do Porto

- registo de Títulos de estrangeiros, ns. 3784-3786

Globalmente, a ocupação na actividade industrial representa cerca de 10%, com relevo para as indústrias alimentar, refinação de açúcar, tinturaria, calçado e carvão.

No caso do sexo feminino, o serviço de labores e a prostituição ocupam as referências mais frequentes. Das «toleradas» inscritas no Comissariado Geral da Polícia, na década de 1870, cerca de 20% eram espanholas, quase todas de 1.^a classe.

Observando a profissão dos galegos de residência permanente, o quadro é ligeiramente mais favorável, surgindo uma menor percentagem dos trabalhos servis, em contraponto com melhorias percentuais nas actividades industriais e comerciais. Naturalmente que a opção pela permanência na cidade também se relaciona com expectativas de mobilidade social, embora pareçam ténues as possibilidades de melhoria de estatuto. Tentando seguir as trajectórias individuais, cruzou-se informação e construiu-se uma amostra cuja primeira profissão registada foi a de servente: verificou-se que, na altura de obter o título de residência permanente, 62% continuam como serventes ou trabalhadores, embora os restantes passem a ostentar profissões que revelam alguma especialização ou independência profissional: alguns surgem como proprietários, outros optaram por profissões ligadas ao comércio (tendeiro, taberneiro), outros ainda desempenham ofícios artesanais ou industriais.

Na verdade, os referenciados como proprietários são escassos, não chegando às duas dezenas no período estudado, embora este atributo profissional seja ambíguo. Algumas informações avulsas mostram que os galegos controlam uma parcela do mercado de refinação de açúcar, sendo proprietários de 4 fábricas em Santo Ildefonso, surgindo ainda alguns casos com torrefacção de café e tinturaria de algodão, bem como de estabelecimentos de natureza hoteleira: hotéis, hospedarias, confeitarias, tabernas.

Mas o que ressalta ao observador, nos casos em que lhe é permitido controlar mais vezes cada indivíduo, é a instabilidade profissional, surgindo em diferentes momentos com diversas profissões, numa evolução que está longe de ser ascendente mas antes se pauta por alternativas laterais, com alguns avanços e recuos, ao sabor do clima económico e social, numa vulnerabilidade característica da vida urbana.

Abrir um negócio ou aprender uma profissão é, porém, a ambição do «labrego», vocábulo que significando, no original, o aldeão galego, assumiu entre nós uma conotação pejorativa¹⁹, ligada à rudeza deste

¹⁹ Conotação pejorativa que cobre ainda a designação de *galego*. Mas sublinhe-se aqui também a abrangência deste atributo. Recorde-se que no Sul de Portugal, os migrantes sazonais do Noroeste português eram chamados de «galegos do Minho» (Cf.

imigrante que Ricardo Jorge classifica de «*sóbrio, trabalhador, económico e honesto*»²⁰. A maioria, porém, opta pelo regresso à terra de origem, amealhados os cobres que permitirão outras possibilidades de gestão do seu estabelecimento agrícola, quando não encaram esta migração como uma primeira etapa para novos voos migratórios que os levam ao lado de lá do Atlântico.

5.5 — *Integração Social*

Socialmente, os galegos apresentam-se como um grupo bastante heterogéneo: o grande volume demográfico, a dispersão geográfica de fixação, a diferente ocupação profissional, a diversidade etária, o tempo de permanência na cidade propiciam a existência de estratos diferenciados, ainda que a grande maioria se possa considerar uma massa proletária típica dos movimentos de êxodo rural.

Apesar disso parece existir uma identidade própria, para além daquela que lhes é conferida pela sua nacionalidade, enquanto estrangeiros residentes na cidade. São perceptíveis redes de solidariedade que enquadram os fluxos de gente nova, bem como acções de galegos bem posicionados que apoiam os seus compatriotas. Alguns industriais galegos recebem e empregam operários da sua nacionalidade: assim acontece no domínio da refinação do açúcar e no ramo da hotelaria. Mas nos negócios do submundo também as redes funcionam, não podendo ser esquecidas as da prostituição, as do engajamento de menores para a prática da mendicidade, as do encobrimento de refractários ao exército espanhol.

Um ou outro galego alcança mesmo notoriedade pública, projectando socialmente a comunidade, como António Pereira Baquet que de alfaiate chegou a proprietário do célebre Teatro Baquet, o qual acolhia um público específico, amante das zarzuelas. Se todo o mundo mostrou piedade com a tragédia do pavoroso incêndio deste teatro, em 1888, a população galega foi naturalmente das mais fervorosas, como se pode verificar pelas diversas convocatórias na imprensa, apelando à «comunidade» (sic) para decidir as formas de apoio.

ALVES, Jorge Fernandes, «Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX», *Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, vol. IX, Porto, 1989, p. 284). O mesmo processo de antonomásia se verifica no Brasil, em relação ao imigrante português — «*espécie de tribo, sem pátria que os adopte, porque em Portugal chamam-lhes brasileiros, e no Brasil chamam-lhe galegos*» (RAMALHO ORTIGÃO, *As Farpas*, Vol. X, Lisboa, Clássica Editora, 1992, p. 21).

²⁰ JORGE, Ricardo, *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto*, 1899, p. 158.

Os galegos também não são indiferentes à fraternidade quotidiana, à necessidade de socorro em caso de doença, tanto mais que a maioria dos seus compatriotas vivia em condições de sanidade deficiente, o que provocava uma assiduidade intensa dos galegos ao Hospital da Misericórdia. Daqui resultou mesmo um conflito entre o Cônsul de Espanha e a Mesa da Santa Casa, a qual, perante a fuga ao pagamento dos serviços prestados, se viu na necessidade de recusar receber doentes galegos, salvo em caso grave, sem uma guia prévia do respectivo consulado a responsabilizar-se pelo pagamento. Tal situação e o espírito da época influenciaram a criação de sociedades próprias de socorros mútuos, de que são exemplo a *Associação de Socorros Mútuos A Espanhola*, criada em 1868, e o *Montepio Espanhol D. Afonso XIII*, estabelecido em 1888.

Havia, porém, a delinquência. Com presença assídua nas cadeias da Relação e nas páginas dos jornais, o galego ajudava a criar uma imagem de não-integração social. É preciso recordar, por um lado, que frequentemente a causa da detenção era a situação de indocumentado. Por outro lado, não podemos esquecer o contexto social da época: a Cidade, apesar da sua dinâmica expansionista, não satisfazia todas as expectativas e naturalmente frustrava os não enquadrados por redes de trabalho ou familiares. A vadiagem era um problema bastante grave no Porto do século passado, para o qual se chegaram a equacionar diversas medidas, desde casas de detenção até ao seu envio para África. Os recém-chegados sem emprego, os antigos expostos agora abandonados a si mesmos formavam bandos de jovens que dormiam nos vãos das igrejas e edifícios públicos, tendo de recorrer ao furto para sobreviverem, ameaçando a ordem pública. Assim, para além do facto de os movimentos migratórios conterem quase sempre uma componente de marginalidade, a cidade, por si só, também produz marginalidade. Isso não podia deixar de acontecer com franjas deste movimento migratório, não constituindo fenómeno isolado, não sendo fruto exclusivo da população galega²¹.

²¹ Embora as referências literárias a galegos sejam inúmeras, apesar de desgarradas (se exceptuarmos a obra já citada de Eduardo de Noronha), é importante sublinhar a tentativa mais estruturada de Alexandre Herculano para traçar um esboço do «tipo social» representado pelo galego. Cf., deste autor, embora publicado anonimamente, «The gallegos in Portugal», *The Lusitanian*, Porto, 1844, pp. 209-217; e ainda o folhetim incompleto «Tipos portugueses - o galego». *A Ilustração - Jornal Universal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845. Num outro género e muito mais tardio (1887), veja-se Bordalo Pinheiro. Cf. BORDALO PINHEIRO, Rafael, *Os galegos*, Lisboa, Vega, 1991 (prefácio de Carlos Consiglieri).

6 — Conclusão

A imigração galega no Porto representa a tradição de um movimento secular que resistiu até finais do século passado ao sonho transatlântico. Forma típica de êxodo rural face à atracção urbana, o movimento intensifica-se mesmo no último quartel do século, quando a emigração para o Novo Mundo era já maciça, incluindo no Norte de Portugal e na própria Galiza.

Neste contexto, a imigração galega assume um carácter de substituição da mão-de-obra emigrada. Tudo indica, porém, que o aumento referido no fluxo de galegos seja restrito ao meio urbano, surgindo como um salto qualitativo, embora residual, do processo migratório face à decadência das migrações sazonais.

Uma nota final: propositadamente ignorámos os refugiados políticos espanhóis que, frequentemente, aqui procuravam asilo, em momentos hostis, não deixando de se organizar e conspirar. Mas estes refugiados tinham um enquadramento institucional específico que não se enquadra na problemática abordada neste trabalho.

ANEXO I

Mapa do numero de estrangeiros que legitimaram a sua residência n'este districto durante os anos de 1869 a 1879

Ano	Alemanha	América	Austria	Brasil	Bélgica	França	Espanha	Holanda	Inglaterra	Itália	Noruega	Marrocos	Polónia	Suécia	Suiçca	Turquia	Uruguaia	Venezuela	Totais
1869	10	2	2	60	-	20	830	-	21	10	-	-	-	3	3	3	1	1	966
1870	7	1	-	37	-	7	908	2	10	15	-	4	-	2	4	4	3	2	1002
1871	5	3	1	35	3	16	828	7	15	10	2	1	2	4	2	2	1	-	935
1872	9	1	2	70	6	10	869	7	14	17	3	2	1	5	9	5	3	-	1035
1873	8	2	3	40	2	19	779	9	18	20	5	6	2	8	7	2	1	5	936
1874	11	2	-	63	2	15	1954	15	42	21	8	4	6	-	9	10	-	-	2162
1875	-	-	-	6	110	-	3025	-	38	15	-	-	-	-	-	-	-	-	3231
1876	-	-	-	26	-	8	3633	4	15	7	-	-	-	-	-	2	6	-	3701
1877	8	3	-	66	2	10	3388	5	15	13	-	4	1	2	3	4	-	-	3524
1878	6	3	1	50	1	15	3007	3	70	9	2	2	1	1	4	2	-	-	3177
1879	2	1	-	37	1	6	2247	4	10	9	1	1	1	2	3	3	-	-	2327
Totais	66	18	15	594	17	163	21468	56	268	146	21	26	13	27	46	37	7	8	22996

Fonte:

Arquivo do Governo Civil do Porto, Documentação avulsa